

## 2009 - Ainda há sítios onde o Parlamento funciona

Parlamento timorense impede saída de José Ramos-Horta&hellip;  
por: Eugénio Costa Almeida©

Em Timor-Leste o Parlamento &ndash; leia-se, os deputados &ndash; decidiu impedir a saída do Presidente da República, José Ramos-Horta, enquanto este não explicar, com clareza, os motivos que levaram a autorizar a libertação do antigo chefe das milícias pró-indonésias, Martenus Bere, que se encontrava em prisão preventiva e referenciado por crimes contra os direitos humanos devido a um massacre ocorrido em 1999, na Igreja do Suai. Acreditamos, ou queremos acreditar, que tenha sido por razões meramente humanitárias (deixem-nos continuar acreditar nisto) e não por razões económicas e diplomáticas (leia-se, submissão à potência regional e vizinha). Apesar de ser minoritário enquanto grupo, mas o maior enquanto partido, a Fretilin conseguiu incorporar outros deputados, incluindo quatro deputados da actual maioria governativa para vetar a saída do Presidente. O que já não sabemos é se essa deliberação foi da iniciativa do Presidente Ramos-Horta, na linha do seu pensamento quando dos 10 anos do Referendo onde propôs uma amnistia geral para a total pacificação do País &ndash; se pensarmos bem, por certo que, também, entre militantes e dirigentes da resistência devem ter acontecido actos que os envergonha pelo que se aceita essa visão presidencial &ndash;; ou se, pelo contrário, houve intervenção do Governo liderado por &ldquo;Xanana&rdquo; Gusmão, ou seja, se amizades políticas e económicas não se sobrepuseram aos interesses nacionais que não os do Estado. Voltamos a dizer que queremos acreditar que a libertação do eventual líder e autor do massacre de Suai, tenha sido por razões humanitárias. Por razões iguais, o autor &ndash; não confesso, mas tacitamente aceite pelo país de origem e pelos países das vítimas &ndash; do atentado de Lockerbee foi, também ele, libertado por razões humanitárias. E nessa altura, ao contrário de agora, ninguém viu a Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, Navanethem Pillay, pedir responsabilidades nem criticar o líder do Estado onde estava detido o referido autor, por causa de sua libertação. Uma vez mais a ONU mostrou que a subserviência ao poder de um dos Estados-membros permanente do Conselho de Segurança é evidente. Só que o país de origem do eventual cérebro (quem acredita nisso?) do atentado aéreo de Lockerbee chama-se Líbia e domina um produto exportável de que os britânicos tanto precisam: o petróleo. Já Timor-Leste, apesar de também ser produtor de petróleo &ndash; e com potencial para ser um forte produtor &ndash; na prática quem o domina é a Austrália e os seus principais aliados (que se assumam) pelo que os efeitos do petróleo timorense são nulos na comunidade internacional ou, no caso na Austrália e na Indonésia para poder manter um eventual homicida na prisão. Talvez por isso Timor-Leste continue dez anos após o referendo e quase outros tantos após a independência a ver discutido na comunidade internacional se é um Estado viável&hellip; Vamos aguardar serenamente que o Presidente Ramos-Horta explique com clareza porque libertou o eventual autor e líder do massacre de Suai e, simultaneamente, aguardar que a ONU explique para onde foram os milhares de milhões de dólares que terão enviado para Timor-Leste, segundo Ramos-Horta, e onde foram aplicados dada a extrema pobreza do País!©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Manchete", em 8. Setembro. 2009, (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=23815&catogory=Manchete>) com o título &ldquo;Parlamento timorense impede a saída de José Ramos-Horta&rdquo;;